




QUEM MANDOU MATAR MARIELLE?



**ROUBARAM
NOSSA
TERRA
QUEREM ROUBAR
NOSSO
FUTURO**

Seminário do ANDES-SN em Mossoró (RN)
debate reorganização da classe trabalhadora
Pág. 6 e 7

Entrevista: *Presidenta do ANDES-SN de dezembro de
2020 a julho 2023, Rivânia Moura avalia a gestão*
Pág. 10 a 12

A edição deste Informandes, o último da gestão 2020/2023, traz matérias que sintetizam o que foi a luta do ANDES-SN no período. Ao assumir a direção do Sindicato, em dezembro de 2020, em plena pandemia de Covid-19 e sob um governo de extrema-direita, foi necessário desenvolver ações a partir de duas premissas: a resistência combativa que marca a história do ANDES-SN ao longo de seus 42 anos com a firmeza da autonomia classista; e o seu funcionamento democrático, pela base, em tempos de isolamento social, entre 2020 e 2022. Disso trata a matéria que traz a entrevista com a presidenta Rivânia Moura, que além de avaliar esse processo também indica os desafios para o próximo período.

Os ataques privatistas à Educação permanecem, no entanto, e o novo governo de Lula é a expressão das contradições que precisaremos enfrentar: derrotar o Novo Ensino Médio; o fim das intervenções e as eleições de reitorias por via de listas tríplexes; o sucateamento e o EAD nas Instituições de Ensino Superior; a defesa da carreira e reajuste salarial e a internacionalização das nossas lutas, são alguns dos pontos pro-

gramáticos centrais para o conjunto de nossa categoria como classe trabalhadora. Por isso, destacamos o Seminário de Reorganização da Classe Trabalhadora, que aconteceu entre os dias 16 e 18 de julho (UFERSA/UERN – Mossoró/RN), quando aprofundamos a caracterização e desafios colocados para avançarmos contra a ofensiva ultra neoliberal em curso.

A direção que se encerra dará posse, no 66º Conad (Campina Grande/PB), no dia 14 de julho, à nova diretoria eleita em maio 23 e deixa um legado de lutas num dos momentos mais difíceis da nossa história. Como sinalizado na Carta de Rio Branco (41º Congresso), “iniciamos essa gestão no decurso da pandemia de Covid-19 e num contexto de avanço da extrema-direita, do negacionismo, de *Fake News*, de aprofundamento de todo o tipo de preconceito, discriminação, perseguição, violência e ameaça de golpe. 700 mil pessoas morreram. Lutamos pela vida, pelo direito à vacina! Enfrentamos e engavetamos por ora, com nossa mobilização, a PEC 32 em unidade com outras categorias; mobilizamos-nos pelo reajuste emergencial! Estivemos e protagonizamos a campanha Fora Bolsonaro nas ruas e

nas urnas, nacionalmente e nos estados. Organizamos a luta contra as Intervenções nas IES, realizamos duas Campanhas Nacionais: em Defesa da Educação Pública e Universidades Estaduais e Municipais: quem conhece, defende”.

Muito importante, portanto, foi nossa mobilização em unidade com as categorias do Serviço Público, por meio do Fonasefe, que se encontra em plena Campanha Salarial como traz ainda outra matéria neste Informandes. Também é fundamental destacar a unidade com a luta dos povos indígenas. Estivemos nos Acampamento Terra Livre e demais mobilizações indígenas, manifestando nossa firme posição contra o Marco Temporal, a exemplo do último que aconteceu neste mês em Brasília (DF). Essa luta é nossa e sempre será!

Ao finalizar essa gestão à frente do ANDES-SN reafirmamos a defesa de nossos instrumentos democráticos de deliberação e informação. O Informandes é um dos patrimônios de nossa entidade e se constitui como mecanismo de informação e registro histórico das lutas do ANDES-SN.

Nos encontraremos nas lutas e nas ruas. Viva o ANDES-SN!

28 de junho
Dia Internacional
do Orgulho



O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // Site: www.andes.org.br // E-mail: imprensa@andes.org.br

Diretora Responsável: Francieli Rebelatto

Editor-Chefe: Luciano Beregeno MTb 07.334/MG

Edição e Revisão: Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Jornalistas: Bruna Yunes DrT 9045/DF, Renata Maffezoli

Diagramação, revisão e arte final: Silas William Vieira // Fotos: Eline Luz/ANDES-SN

Cerca de 300 participantes são esperados para o 66° Conad em Campina Grande (PB)

Evento dará posse à nova diretoria do ANDES-SN, que estará à frente da entidade até 2025



66° CONAD
NA REORGANIZAÇÃO DA CLASSE COM INSPIRAÇÃO
NAS LUTAS E CULTURAS POPULARES

14 A 16 DE JULHO DE 2023
CAMPINA GRANDE - PB

ANDES
SINDICATO NACIONAL

ADUFCG
Associação de Docentes da UFCG

Campina Grande (PB) será sede do 66º Conad do ANDES-SN. Com o tema "66º Conad do ANDES-SN: Na reorganização da classe com inspiração nas lutas e culturas populares", o evento acontecerá de 14 a 16 de julho, sob organização da Associação de Docentes da Universidade Federal de Campina Grande (Adufcg - Seção Sindical do ANDES-SN). A cidade paraibana já recebeu outros dois eventos deliberativos do Sindicato Nacional: em 1998, o 36º Conad; e em 2007, o 26º Congresso.

Com a expectativa de público de cerca de 300 docentes, a festa de confraternização será realizada no dia anterior ao início do evento (13), para recepcionar todas e todos participantes. "Nossa Seção Sindical tem feito o possível para tomar todas providências dentro do que tá previsto na organização no sentido de garantir a infraestrutura necessária para a realização do evento. Imaginamos que será um Conad importante por causa da situação política, da posse da nova diretoria, da conjuntura política em que nos encontramos, que certamente traz muitos desafios para o nosso sindicato", afirmou Antônio

Lisboa, presidente da Adufcg SSind.

Lisboa lembra que, na UFCG, a categoria vivencia diversos desafios e que a realização do 66º Conad na universidade vai fortalecer o enfrentamento a essas questões. "Nós enfrentamos os mesmos desafios que outras universidades brasileiras em relação à situação de precarização do trabalho, das condições de ensino, falta de condições básicas para que a gente realize o nosso trabalho com qualidade e falta de valorização da categoria e dos estudantes. E, além disso, temos uma situação de intervenção dentro da UFCG. Ainda que não seja a intervenção clássica, é um reitor que foi nomeado que era o terceiro da lista tríplice. Temos enfrentado isso localmente e vamos ver o que que pode ser feito em termos da construção de um ato político-cultural, em conjunto com as outras categorias", acrescentou.

O presidente da Adufcg SSind. concluiu lembrando que Campina Grande é uma cidade que tem uma atração cultural muito forte nesse período de julho, e que, durante o Conad, já terá ocorrido o auge das festividades juninas. "Mas ainda teremos oportuni-

dade de encontrar um pouco dessa dimensão cultural na cidade. A gente quer oferecer o melhor possível nesse período e todos e todas serão muito bem-vindos e bem-vindas", disse Lisboa.

Deliberações e posse da Nova diretoria

Instância de deliberação da categoria docente, os e as participantes do 66º Conad terão como tarefa atualizar o Plano de Lutas do Sindicato Nacional, incluindo os textos de resoluções que foram remetidos do 41º Congresso, realizado em fevereiro no Acre, para ser deliberado no 66º Conad. É o caso dos temas pertinentes aos grupos de trabalho de Seguridade e Assuntos de Aposentadoria, Política Agrária, Urbana e Ambiental, História e Memória, Ciência e Tecnologia Carreira Docente, Comunicação e Arte, Formação e Política Sindical.

As delegadas e os delegados apreciarão também a prestação de contas do Sindicato. Além disso, o 66º Conad dará posse, na plenária de Abertura, à diretoria do ANDES-SN biênio 2023/2025, eleita em maio.

Servidores e servidoras federais seguem em luta para garantir reajuste para 2024

Com protocolo para Mesa de Negociação, avança diálogo com governo sobre pauta unificada do funcionalismo



Além da negociação da pauta unificada apresentada pelo Fonasefe, o ANDES-SN e as demais entidades, cobram ainda a composição das mesas setoriais para tratar questões específicas de cada categoria. Para o Sindicato Nacional, esses espaços são urgentes e fundamentais para avançar na reestruturação da carreira docente.

"Saímos de um governo que tentou destruir o serviço público, e agora precisamos de fato avançar para que as servidoras e servidores seja de fato valorizados. Esse processo não terá resultados sem a mobilização da categoria em unidade. Por isso, temos articulado a construção do Fonasefe, com o chamamento da nossa base para as lutas nos locais de trabalho, nos estados e em Brasília", avalia Mario Mariano, 1º vice-presidente da Regional Leste e da coordenação do Setor das Instituições Federais de Ensino.

MNNP

O protocolo de funcionamento da Mesa Nacional de Negociação Permanente entre o funcionalismo público federal e o governo foi definido. Em reunião com o novo secretário da SGPRT, José Lopez Feijóo em 21 de junho, foi acordado que a mesa de negociação acontecerá a cada três meses, com possibilidade de reuni-

Servidoras e servidores públicos federais continuam em mobilização pela recomposição salarial e demais itens da pauta unificada das categorias do funcionalismo, e devem, a partir de agora, intensificar a pressão sobre o governo federal. Com a definição dos critérios de funcionamento da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), a expectativa é que as negociações avancem, ainda que em meio a uma conjuntura extremamente adversa ao segmento.

Nesse cenário, a mais urgente frente de resistência é contra o novo Arcabouço Fiscal. Gestado pela equipe econômica do governo, o projeto de lei (PL) foi muito piorado na Câmara dos Deputados e seguiu ao Senado. Ali, com a pressão das categoriais mobilizadas, foi novamente modificado e devolvido para nova votação na Câmara, onde deve voltar a tramitar na primeira semana de julho.

Para fortalecer o processo de resistência, o ANDES-SN convocou jornadas de lutas em Brasília (DF), com foco na atuação sobre o Parlamento, em conjunto com outras entidades que integram o Fonasefe - Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores e Servidoras Federais. Para orientar o trabalho, em reunião do Setor das Ifes no início de junho, foi aprovado calendário de atividades, com mobilização da categoria prevista até agosto, quando acontece,

em Brasília, ato nacional em defesa do serviço público (veja no box ao lado).

O Sindicato Nacional tem pautado ações de luta na capital federal, em conjunto com outras entidades, com a presença de representantes das seções sindicais e da comissão nacional de mobilização para dialogar com parlamentares e assessores sobre os ataques contidos no Arcabouço Fiscal ao serviço público e às servidoras e servidores. Se aprovado, além do não-pagamento de reajuste salarial, o Arcabouço pode causar a paralisação de mudanças nas carreiras, a suspensão da contratação de pessoal e da realização de concursos públicos.

Calendário do Setor das Ifes

- 12 a 30 de junho: Rodada de assembleias para debater campanha salarial e atividades locais de mobilização.
- 03 a 07 de julho: faixaço em aeroportos e conversa com deputado(a)s nos gabinetes.
- Atividade durante o 66º Conad (a ser construído junto à comissão local e nacional).
- 10 a 16 de julho: atividades locais (aulas públicas, atos, universidade na rua).
- 01 a 07 de agosto - chuva de e-mails aos deputados, tuitaço, outdoors (com proposta de arte unificada junto ao Fonasefe) e outras ações midiáticas. Mote: valorização do serviço público, garantia da recomposição de SPF no orçamento de 2024.
- 07 e 11 de agosto - ato nacional em Brasília, com caravana em defesa do serviço público (data a ser construída com as demais entidades do Fonasefe).



ões extraordinárias. O secretário se comprometeu em realizar a primeira mesa em um prazo de 15 dias, para iniciar a negociação dos quatro pontos defendidos pelo Fonasefe.

A reunião está prevista para 11 de junho e irá tratar da recomposição das perdas históricas dos salários das servidoras e dos servidores; da equiparação dos benefícios recebidos pelas servidoras e pelos servidores do Executivo, com os outros poderes; da abertura de negociações sobre carreira, possibilitando a cada categoria corrigir distorções; e do "revogaço" de todas as medidas contrárias aos interesses do serviço público e das e dos SPF. Até lá, as entidades do Fonasefe devem se reunir para garantir um índice unificado, que contemple ao menos parte das perdas salariais do último período, para ser apresentado ao governo e incorporado no Projeto de Lei Orçamentária para 2024.

Durante o encontro que definiu o protocolo da MNNP, as servidoras e os servidores conquistaram, também, a ampliação da bancada sindical nas mesas, composta por representantes de centrais sindicais e entidades, de 12 para 20 pessoas. Coordenada pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, a MNNP é formada por duas bancadas: a bancada governamental e a bancada sindical. A

primeira é composta pelos ministros do Planejamento e Orçamento, Fazenda, Casa Civil da Presidência da República, Trabalho e Emprego, Previdência Social, Secretaria Geral da Presidência da República, Educação e Saúde. Já a bancada sindical é composta pelas entidades representativas dos servidores públicos federais de âmbito nacional.

Redistribuição de cargos

Durante o mês de junho, o ANDES-SN participou ainda de uma audiência pública na Câmara de Deputados sobre a redistribuição de cargos na administração pública. A atividade foi convocada pela deputada Fernanda Melchionna (PSol/RS) e contou com a presença de dirigentes das entidades de servidores técnico-administrativos e docentes. Luiz Henrique Blume, 3º secretário do ANDES-SN, representou o Sindicato Nacional.

Apesar de o atual governo ter revogado a Portaria 10.723/2022, editada pelo governo Bolsonaro, outra normativa, a Portaria 619/2023, foi publicada pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), estabelecendo novas orientações e procedimentos aos órgãos e entidades do Executivo Federal. Com isso, servidoras e servidores continuam a enfrentar problemas.

Luiz Henrique Blume destacou que

o Sindicato Nacional é favorável à expansão do ensino superior público, mas defende que a mesma seja feita com recursos suficientes para garantir garantas condições de trabalho de qualidade para técnicos, técnicas e docentes.

“É importante a expansão, mas é importante que isso ocorra com qualidade. É fundamental que a e o docente, quando se desloca para o interior, tenha condições de trabalho, no mínimo, básicas e necessárias para que possa desenvolver ensino, pesquisa e extensão de qualidade. Qual a condição que nós temos quando se vai para um campus onde temos que lutar contra tudo e contra todos, realizar ensino, pesquisa e extensão sem o quadro docente necessário, sem recursos suficientes?”, questionou.

O diretor do ANDES-SN destacou ainda que o governo Lula manteve na portaria 619/2023 artigos da normativa anterior que prejudicam servidores e servidoras. Blume ressaltou também que a proposta de Arcabouço Fiscal, em tramitação, pode precarizar ainda mais as condições de trabalho e ensino, especialmente nos campi de interior, onde já há falta de profissionais para atender à expansão. “O ‘calabouço fiscal’ vai tornar mais difícil a situação, pois prevê, caso as metas não sejam alcançadas, concurso zero e reajuste zero”, afirmou.

ANDES-SN debate reorganização da classe trabalhadora



De 16 a 18 de junho, o ANDES-SN realizou o Seminário Nacional sobre a Reorganização da Classe Trabalhadora, na cidade de Mossoró (RN). Uma deliberação do 41º Congresso do Sindicato Nacional, a atividade aconteceu no auditório da Universidade Federal Rural do Semiárido (Ufersa), com a participação de mais de 80 docentes.

Na abertura do seminário, Rivânia Moura, presidenta do ANDES-SN, ressaltou que discutir a reorganização como classe trabalhadora passa por compreender que classe não é um conceito abstrato, genérico. Ela reforçou que é fundamental compreender as contradições da realidade para pensar a classe trabalhadora e suas organizações representativas.

“Nossa classe é constituída por sujeitas e sujeitos que fazem a história, que têm raça, que têm sexo, que têm cor, que têm orientação sexual. Compreender a classe trabalhadora considerando esses elementos é reconhecer que a nossa classe é diferenciadamente explorada”, apontou.

Durante os três dias de evento, quatro mesas de debate abordaram o sindicalismo no serviço público, a crise do Capital, as lutas populares, sindicais e o mercado de trabalho e apontaram desafios e eixos de luta para a reorganização da classe trabalhadora.

Jennifer Webb, 3ª tesoureira do ANDES-SN e da coordenação do Grupo de Trabalho de Política de Formação Sindical (GTPFS), destacou que o seminário marca o término da gestão da diretoria do biênio 2020-2022, que tomou posse em dezembro de 2020 e teve o mandato estendido por conta da pandemia de Covid-19. “Foi muito importante

realizar esse que foi um seminário deliberado pela categoria, em fevereiro no Congresso do Acre, quando também foi decidida a saída da central sindical CSP-Conlutas”, afirmou.

A diretora lembrou que os debates no Congresso, e também os que o antecederam, tanto nas assembleias de base quanto no Conad Extraordinário, apontaram a necessidade que o Sindicato Nacional tinha de discutir a forma como a classe trabalhadora tem se reorganizado, nas últimas décadas, a partir dos avanços do próprio Capital, da situação econômica e das questões políticas, nacionais e internacionais.

“Na efervescência desses debates, nós, enquanto categoria, percebemos a necessidade de discutir isso. Então nós, da coordenação do GTPFS, acumulamos a partir de representações dos político-ideológicos existentes hoje no Brasil e convidamos uma diversidade de pessoas que representasse esses pensamentos para compor as mesas de debate nesse seminário. Por óbvio que nós não conseguimos alcançar a diversidade de frentes que hoje expressam os pensamentos sobre a situação da classe trabalhadora, nacional e internacional, mas fizemos um esforço conjunto de contemplar o máximo possível de debates e, assim, realizarmos esse evento, que foi muito positivo”, avaliou.

A diretora do ANDES-SN pontuou que esse evento foi um pontapé inicial para acumular internamente sobre a temática e reconheceu a necessidade de também participar de outros espaços, com outras entidades, seja da Educação, que estiveram presentes conosco como convidadas, seja as demais entidades sindicais. “Enfim, é necessário ampliar esse debate. Nós vamos seguir esse

caminho. Vamos passar para a próxima gestão, para a coordenação do GTPFS, para que siga acumulando o debate para que a possamos realmente ser um agente que contribua para luta, para a reorganização da classe trabalhadora no Brasil e que isso esteja no horizonte das nossas prioridades”, concluiu.

Debates

O primeiro debate “Sindicalismo no serviço público: impasses e perspectivas”, com representantes do ANDES-SN, da Fasubra e do Sinasefe, e mediação de Jennifer Webb, ocorreu na noite de sexta (16).

No sábado (17), pela manhã, Virgínia Fontes, professora da pós-graduação da Universidade Federal Fluminense, e Osvaldo Coggiola, docente da Universidade de São Paulo e encarregado de Relações Internacionais do ANDES-SN, abordaram o tema “Crise do Capital e a reorganização da classe trabalhadora”, na segunda mesa, que foi coordenada por Elizabeth Barbosa, 1ª vice-presidenta da Regional Rio de Janeiro do ANDES-SN.

No período da tarde, os trabalhos foram retomados com o debate “Lutas populares, sindicalismo e mercado de trabalho”, com explanação dos docentes Danilo Enrico Martuscelli, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), e Marcos Tavares, 1º vice-presidente da Regional Nordeste 3 do ANDES-SN e da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). Flavia Spinelli Braga, da diretoria da Associação de Docentes da Universidade Estadual do

Rio Grande do Norte (Aduern SSind.), mediou o debate.

O último debate do sábado teve como tema “O perfil da classe trabalhadora e os novos desafios”, com a participação de Ana Procópio, docente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e de Cacau Pereira, pesquisador do Instituto Brasileiro de Estudos Políticos e Sociais (Ibeps). A mesa foi coordenada por Lemuel Rodrigues, do Grupo de Trabalho de Formação de Política Sindical (GTPFS) da Associação de Docentes da Uern (Aduern SSind.).

No domingo, as discussões foram retomadas com a mesa “Reorganização da classe trabalhadora: o que fazer?”. Representantes da coordenação do Grupo de Trabalho de Política de Formação Sindical (GTPFS) do Sindicato Nacional - Jennifer Webb (3ª tesoureira), Elizabeth Barbosa (1ª vice-presidenta da Regional RJ) e Alessandro Donato (2ª vice-presidente da Regional NE 2) - conduziram o debate.

Elizabeth Barbosa fez uma síntese das discussões dos dois primeiros dias do Seminário, antes de abrir o espaço para falas das e dos participantes. “Percebemos [com os debates] o contexto complexo que é a luta sindical no século 21 e os desafios que temos. Não dá para pensar no fio condutor de nossas lutas sem nos debruçarmos sobre a importância da luta antirracista, antimachista, antiLGBTQIAP+fóbica, anticapacitista, antixenofóbica e antipitalista para a emancipação da classe trabalhadora. Precisamos também pensar como a gente se organiza não só nacionalmente, mas também internacionalmente”, destacou.

Plenária

Diversas falas dos e das participantes apontaram as lutas contra o Novo Ensino



Após o primeiro debate da tarde, as e os participantes foram à sede da Aduern SSind. para uma homenagem ao docente da Universidade de São Paulo (USP) e diretor do ANDES-SN, Osvaldo Coggiola. Além de uma exposição de fotos, que resgataram diferentes momentos da militância de Coggiola, também foram apresentados alguns dos 70 livros escritos pelo docente ao longo de sua carreira. Emocionado com o reconhecimento, Coggiola contou sua trajetória de militância no movimento estudantil e operário na Argentina, o exílio e formação acadêmica na França e a construção de sua carreira e militância docente e a importância do Sindicato Nacional nesse processo. “Eu agradeço ao ANDES-SN porque me fez brasileiro e me fez também trabalhador da classe brasileira. E essa condição eu vou levar para o resto da minha existência”, afirmou Coggiola durante a homenagem.

Médio, em defesa dos direitos dos povos indígenas, contra o Arcabouço Fiscal e em defesa dos serviços públicos como alguns dos fios condutores para uma plataforma de organização conjunta, em unidade com outros setores da classe trabalhadora.

Também foi discutida a mobilização da categoria docente no contexto de precarização e intensificação do trabalho. E destacada a urgência de pensar formas de enfrentar o desafio de trazer os novos professores e as novas professoras para dentro do Sindicato. Além disso, foi pontuada a necessidade de ampliar a compreensão dos diversos setores que compõem a categoria docente e avançar na unidade e na superação das divergências internas.

Encerramento

Ao final, a presidenta do Sindicato Nacional destacou que é importante refletir sobre o que move a classe trabalhadora, quais são as pautas urgentes, históricas, que mobilizam a classe trabalhadora, cuja grande parcela não está organizada, nem empregada. E que também é fundamental entender a categoria docente em sua diversidade, inclusive em suas diferentes condições de trabalho, pesquisa e aposentadoria.

“Saímos desse seminário certamente fortalecidos nesse compromisso que o ANDES-SN assume historicamente”, avaliou Rivânia Moura.

Confira as mesas de debates do Seminário sobre a Reorganização da Classe Trabalhadora

Clique nas fotos para acessar os vídeos no Youtube



Mesa 01

Sindicalismo no serviço público: impasses e perspectivas



Mesa 02

Crise do capital e a reorganização da classe trabalhadora



Mesa 03

Lutas populares, sindicalismo e mercado de trabalho



Mesa 04

O perfil da classe trabalhadora e os novos desafios

Indígenas seguem em luta contra **Marco Temporal**

ANDES-SN acompanhou a mobilização, em junho, contra as votações no STF e na Câmara



Indígenas de todo o Brasil têm se mobilizado contra o Marco Temporal que impactará a demarcação de terras dos povos tradicionais. Em Brasília (DF), um acampamento foi montado perto da Esplanada dos Ministérios, entre os dias 5 e 7 de junho, e reuniu cerca de 2 mil indígenas e suas lideranças de vários cantos do país para acompanhar o julgamento do Marco Temporal no Supremo Tribunal Federal (STF). Também ocorreram manifestações nos estados.

Mais uma vez, o STF interrompeu a votação da ação e prorrogou a sua tramitação. Após o voto do ministro Alexandre de Moraes, que se manifestou contrário à tese do Marco Temporal, o ministro André Mendonça, indicado ao STF pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, pediu vistas do processo (mais tempo para analisar o

caso) e o julgamento foi novamente adiado. Agora, o STF tem até 90 dias para colocar novamente o caso na pauta de votação. Durante a votação, indígenas lotaram o plenário do tribunal.

A Ação

Classificado por indígenas como um genocídio, o Marco Temporal é uma tese jurídica segundo a qual os povos indígenas teriam direito de ocupar apenas as terras que já ocupavam ou já disputavam em 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição Federal.

O Recurso Extraordinário (RE) 1017365 traz o debate do cabimento da reintegração de posse requerida pelo Instituto do Meio Ambiente (IMA) de Santa Catarina (ex-Fundação do Meio Ambiente do Estado) contra a Fundação Nacional dos

Povos Indígenas (Funai), União e indígenas do povo Xokleng, envolvendo uma área reivindicada da Terra Indígena (TI) Ibirama-Laklanõ.

O recurso tem status de repercussão geral, logo o que for julgado nessa ação servirá para fixar uma tese de referência a todos os casos envolvendo terras indígenas, em todas as instâncias do Judiciário.

O RE 1017365 foi protocolado no Supremo em 2016. Em 15 de setembro de 2021, o julgamento foi interrompido em razão do pedido de vista, apresentado pelo ministro Alexandre de Moraes. Até o momento, três ministros votaram: o relator do caso, Luiz Edson Fachin, que se manifestou contra a aplicação do Marco Temporal, o ministro Nunes Marques, que votou a favor, e Alexandre



de Moraes que votou contra.

O dano causado por uma eventual decisão favorável do Supremo à tese do Marco Temporal seria imensurável. Além de colocar em risco a segurança das e dos indígenas que vivem em terras ainda não demarcadas, e atualmente sob disputa [Veja BOX 1], poderia abrir precedentes para o questionamento de territórios já homologados. Se aprovada, a decisão do STF pode definir o rumo de mais de 300 processos em aberto de demarcação de terras indígenas no país.

“O Marco Temporal adota a perversidade e o extermínio dos povos indígenas. Ele escolhe a morte do presente e do futuro, construído no passado do sequestro cultural. Em um passado não muito distante o Karai, que significa homem branco, colonizador executou milhares dos nossos guerreiros, parentes e aniquilou diversas nações que aqui sempre estiveram. Por isto, hoje somos a existência da resistência, lutamos pela vida, pela sobrevivência do planeta, dos que estão aqui hoje e daqueles que virão, sem escolher etnia, cor e raça. Lutamos por toda humanidade e a favor da vida. Os Karais subestimam nossa capacidade cognitiva, querem nos roubar, espoliar os nossos maiores bens que são as nossas terras e os nossos corpos. Terra, corpo e meio ambiente são indissociáveis. A terra pertence aos guardiões que dela sempre aqui estiveram, o resto foi inventado, espoliado historicamente, em nome da civilização que mata em detrimento do ‘ter e não do ser’”, disse Adma Cristhina Salles de Oliveira, “Kuñatai Porã Yvoty” (Moça bonita



flor), 2ª vice-presidenta da Regional Pantanal do ANDES-SN.

Legislativo

A tentativa de retirar os direitos dos povos originários também está em pauta no Legislativo. No final de maio deste ano, o Projeto de Lei (PL) 490/2007, que fixa, em lei, o Marco Temporal para demarcação de terras indígenas, tramitou em regime de urgência na Câmara dos Deputados e foi aprovado no dia 30. Durante todo o dia, o ANDES-SN esteve nas ruas em unidade com diversas lideranças e movimentos indígenas, e demais entidades que apoiam a causa, após um chamado da Articulação dos Povos Indígenas (Apib). Brasília (DF), Rio de Janeiro, São Paulo, Manaus (AM) e Boa Vista (RR) foram alguns dos locais em que ocorreram manifestações. A tese agora tramita no Senado Federal como Projeto de Lei (PL) 2903/23, e se

encontra na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) com a relatora presidenta da Comissão, senadora Soraya Thronicke (União).

Sâmbara Ribeiro, 1ª vice-presidenta da Regional Nordeste 1 do ANDES-SN, também acompanhou as atividades dos povos indígenas na capital federal. A diretora do Sindicato Nacional ressalta que foi um momento de muita luta e que é fundamental que o ANDES-SN e demais entidades se somem à mobilização em defesa dos direitos à história, à ancestralidade e à demarcação das terras indígenas.

“A luta contra o Marco Temporal é uma luta em defesa da vida, em defesa da dignidade de indígena, em defesa das florestas, dos rios, em defesa da humanidade. Por isso, o ANDES-SN não pode deixar de se inserir na luta de contribuir fortemente para derrubar o Marco temporal e defender demarcação já para os povos originários”, afirmou Sâmbara.

ATL 2023

Em abril, mais de 5 mil pessoas de 200 povos indígenas estiveram reunidos em Brasília (DF), para a 19ª edição do Acampamento Terra Livre (ATL). Intitulado “O futuro indígena é hoje. Sem demarcação não há democracia!”, o ATL reforçou a importância da demarcação de terras indígenas no país, que ficaram paralisadas durante quatro anos no governo Bolsonaro.

Durante cinco dias, foram realizadas atividades culturais e de formação, debates, plenárias, oficinas, reuniões e manifestações que marcaram a luta em defesa de direitos, por demarcação dos territórios, contra o marco temporal e o ecocídio. O ANDES-SN esteve presente em diversos momentos e participou da plenária Educação Escolar Indígena realizada no acampamento.

Indígenas são um terço das e dos defensores de direitos humanos assassinados. A ausência de políticas públicas de demarcação de terras está entre os fatores que motivaram os assassinatos de defensores indígenas, assim como o incentivo à mineração em territórios indígenas (TI) e a intensificação de ações de grileiros e fazendeiros às TI.

Cerca de 50 lideranças indígenas foram assassinadas entre 2019 e 2022 no Brasil. O dado foi publicado no relatório “Na linha de frente: violência contra defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil” da Terra de Direitos e Justiça Global em junho.

O Maranhão é o estado com maior número de assassinatos de lideranças indígenas (10 casos), seguido de Mato Grosso do Sul (9), Amazonas e Roraima (7, cada um). Ao todo o estudo mapeou 1.171 violações, sendo 82,2% das vítimas homens cisgêneros e 9,5% mulheres cisgêneros. Homens e mulheres trans representam 5,9% das vítimas, mas o relatório afirma que há subnotificação das ocorrências envolvendo pessoas LGBTQIAP+.

A maior parte das violências é praticada por agentes privados. Entre os casos em que a pesquisa identificou o agente responsável, 58,8% são fazendeiros e seguranças privados. Agentes públicos correspondem a 41,2% do total.

InformANDES entrevista Rivânia Moura

Presidenta do ANDES-SN de dezembro de 2020 a julho 2023, Rivânia avalia a gestão



A frente do Sindicato Nacional nos últimos dois anos e sete meses, Rivânia Moura deixa a presidência do ANDES-SN no próximo mês com o sentimento de tarefa cumprida, mesmo em meio às tantas adversidades que marcaram o período em que esteve na presidência da entidade.

Em entrevista ao InformANDES de junho, mês em que encerra sua gestão, Rivânia avalia o período de seu mandato, que passou por vários momentos importantes da conjuntura nacional: a pandemia da Covid-19, parte do mandato de Jair Bolsonaro e seus ataques, e a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva. A gestão também foi marcada pelo enfrentamento às intervenções de Bolsonaro na escolha de reitores nas Instituições Federais de Ensino, o ensino emergencial remoto, que levou à intensificação do trabalho docente e da plataformização do ensino, pelas lutas contra a PEC 32/20 e a revogação do Novo do Ensino Médio, e, ainda por reajuste salarial para servidoras e servidores públicos, greves nas universidades estaduais por orçamento, salário e carreira, entre outras pautas. Confira.

InformANDES: Como você avalia esses dois anos e meio de manda-

to? Quais os principais desafios enfrentados pela gestão tanto na conjuntura nacional, quanto na luta específica das e dos docentes?

Rivânia Moura: Pensar nessa gestão do ANDES-SN, na sua avaliação, nos desafios e nos avanços, nos remete também, primeiramente, pensar a conjuntura em que essa gestão se iniciou. Nós começamos o mandato no período da pandemia de Covid-19, no final de 2020, quando já estávamos vivenciando quase 10 meses de pandemia. Logo em seguida, entramos num processo mais duro e mais difícil, de 2021, com todo o descaso do governo federal, com atraso na compra de vacinas e com inúmeras perdas de pessoas queridas e as consequências disso para classe trabalhadora, com o aumento do desemprego, da fome, da miséria. E, ainda, com as atividades remotas que tivemos que assumir de modo tão repentino, sem qualquer planejamento e sem qualquer contrapartida do poder público no que diz respeito às nossas condições de trabalho e com a dificuldade de fazer a luta frente a esse contexto. Então, nós iniciamos uma gestão com todos esses desafios postos, além dos que já tínhamos ataques à classe trabalhadora e à Educação e, conjugado

a isso, um governo de extrema-direita, que massacrava a população brasileira em todos os sentidos.

Nós tínhamos em nossas mãos, a responsabilidade de conduzir o ANDES-SN, com a sua história, com os seus princípios, com a sua relevância para a categoria docente, para a classe trabalhadora no nosso país. Frente a isso, nós consideramos que tivemos muitos desafios, mas também muita coragem para enfrentá-los e fazer a luta. Levamos o ANDES-SN de volta às ruas, fazendo também um amplo processo de unidade com a classe trabalhadora no nosso país, com entidades da Educação, com do serviço público e com diversas organizações sindicais, movimentos populares, movimentos sociais, centrais sindicais para compor, por exemplo, a Campanha Nacional Fora Bolsonaro, para fazer frente ao governo negacionista e aos ataques à Educação Pública.

InformANDES: Quais os avanços da organização sindical dos e das docentes e do ANDES-SN, enquanto entidade, você destacaria?

R.M: Avaliamos que, mediante toda essa conjuntura minimamente resgatada na resposta anterior, podemos dizer que nós mantivemos o ANDES-SN como um

grande sindicato de luta, representativo da nossa categoria, mas também um ANDES-SN com a perspectiva de construção de unidade, com a perspectiva combativa. Fizemos, durante várias semanas, atos em Brasília (DF), nos estados, no Congresso Nacional, nos aeroportos, no Ministério da Economia, no Ministério da Educação, resgatando lutas históricas em defesa da educação pública, mas também denunciando e fazendo o enfrentamento a todo o ataque vivenciado por um governo de extrema-direita, com características fascistas. Enfrentamos o fascismo nas ruas. Precisamos, ainda, derrotá-lo nas ruas, porque essa é uma grande tarefa que está posta para a classe trabalhadora mundialmente.

InformANDES: E quanto ao futuro? O que esperar deste governo em relação aos ataques à educação e também à classe trabalhadora?

R.M: Nesses seis primeiros meses de governo, nós não vimos, pelo menos sinalização de avançar em pautas importantes no âmbito da Educação, como por exemplo, nas pautas pelo fim da lista tríplice e pela revogação das intervenções - o que é urgente, pois é inadmissível, com a vitória da Democracia, conviver dentro das Instituições de Ensino Superior com práticas antidemocráticas. Outra questão também urgente, que o governo já poderia ter encaminhado, é a revogação do Novo Ensino Médio. O NEM é um projeto que incorpora uma concepção de educação privatista, contrário a uma educação pública como direito fundamental, com acesso a todos os níveis inclusive à educação superior. Essa é uma pauta que o novo governo poderia ter enfrentado de modo muito mais urgente e efetivo e já ter sinalizado para a revogação dessa proposta.

Ainda no âmbito da Educação, precisamos garantir a ampliação do orçamento. Muitas vezes, falamos de recomposição - o que remete ao patamar anterior, no entanto, o que precisamos é ir além, ampliar os recursos para a Educação, para que dê conta de atender às demandas das instituições de ensino superior públicas, em particular, no que diz respeito ao tripé ensino-pesquisa-extensão, condições de trabalho para docentes, técnicas e técnico-administrativos, condições de estudo e permanência, com ampliação da assistência estudantil.

Todas essas pautas estão conectadas a uma ação recente do governo, que foi a aprovação do Arcabouço Fiscal, que vai impedir inclusive pensar o orçamento da Educação e sua ampliação, assim como o da Saúde, da Assistência e de áreas prioritárias, porque o Arcabouço impõe limites, um novo Teto de Gastos, que também privilegia o pagamento da dívida pública, e deixa resguardado o Fundo Público para o pagamento dos credores da dívida, alimentando a lógica de uma política econômica voltada para os interesses do mercado financeiro, para os interesses do Capital. Essa é uma sinalização também ruim, não só para os servidores e as servidoras, mas para toda a classe trabalhadora do nosso país, que carece de mais atenção nas áreas prioritárias, tendo em vista a devastação que nós vivemos nos últimos quatro anos. Ou seis anos, melhor dizendo.

Vivemos um momento de muitos desafios na conjuntura do novo governo, porém é importante destacar que tivemos avanços institucionais, que sinalizam uma nova concepção para o Estado. O retorno do Ministério da Cultura, a criação do Ministério dos Povos Indígenas, da Secretaria de Diversidade, dentro do Ministério de Direitos Humanos, também são avanços porque essas parcelas da população precisam ter atenção e proteção do Estado, precisam ter políticas específicas. Também é muito importante a criação do Ministério da Igualdade Racial, num país como o Brasil, que tem o racismo estrutural como constitutivo da e constituindo a sua história. É fundamental que tenhamos esse ministério para fazer o enfrentamento à pauta racista e para impulsionar políticas antirracistas no nosso país. Esses são avanços que sinalizam uma perspectiva



de ignorar às opressões, a uma parte da classe trabalhadora que sofre mais com o processo de exploração.

Ao passo que a gente tem esses avanços, temos, por exemplo, a aprovação na Câmara de Deputados, do Marco Temporal, o que é extremamente grave para os povos originários, para a população indígena, e que pode significar, de fato, um genocídio legalizado dessa população. Existem, no seio dessas contradições, inúmeros desafios, que nós precisamos, enquanto classe trabalhadora, entender, porque temos que enfrenta-los. Esses avanços são importantes, mas sem luta eles não se sustentam. Precisamos garantir que faremos um processo de luta para possibilitar que essas conquistas de fato se efetivem numa realidade concreta, que deve ser voltada para os trabalhadores e para as trabalhadoras do nosso país.

InformANDES: Quais os principais desafios que a categoria irá enfrentar nos próximos anos?

R.M: Nós estamos vivenciando uma conjuntura repleta de contradições, que precisam ser compreendidas e

enfrentadas. Então, um dos grandes desafios que nós temos é retomar um processo intenso de mobilização, de luta em unidade com outras categorias da classe trabalhadora, em unidade com a classe trabalhadora em movimento no nosso país, para que a possamos enfrentar e derrotar o fascismo e a extrema-direita nas ruas. Não podemos esquecer, por exemplo, os ato de 8 de janeiro, uma ação organizada, coordenada de ataque ao povo brasileiro, à nossa história e de ataque profundo à Democracia. A gente precisa entender que a extrema-direita, e as práticas fascistas, estão organizadas, nacional e mundialmente. E nós precisamos pensar na nossa reorganização, na composição das nossas forças, das nossas frentes de luta, porque temos as lutas mais imediatas, mas nós precisamos intensificar também a nossa construção da unidade para fazer lutas mais gerais, no sentido de preservação da nossa classe, da nossa vida. Por exemplo, a luta contra o Arcabouço Fiscal foi muito aquém do que a gente deveria e poderia ter feito. Poucas entidades, poucas organizações, pouquíssimos

sindicatos fizeram o debate, puxaram a mobilização da sua categoria para enfrentar Arcabouço Fiscal, que passou, primeiramente na Câmara dos Deputados, praticamente sem discussão, sem a sociedade de entender o que estava sendo aprovado, em caráter de urgência. Isso é muito grave, porque estamos sinalizando que a porteira está aberta e não podemos deixar desse modo. Então, acho que um dos grandes desafios é reconstruir a nossa perspectiva de luta efetiva, de retorno às ruas, de mobilização ampliada, de militância, de acreditar na coletividade e nas lutas e seus resultados. A gente não pode conviver com um processo de acomodação. Temos dificuldade, por exemplo, de mobilizar para as assembleias de base, de mobilizar para atos de rua, de motivar. O que nos motiva, o que nos leva sonhar, o que nos leva acreditar na luta? Eu acho que esse é o grande desafio, de como vamos mobilizar a nossa categoria e como vamos, nacionalmente e internacionalmente, construir unidade entre nós, construir unidade entre os trabalhadores e as trabalhadoras.

